



Fundação de Apoio ao Desenvolvimento
da Universidade Estadual de Londrina

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO PARANAPANEMA
SELEÇÃO COMPETITIVA PÚBLICA Nº 001/2016
DATA DA PROVA: 24/04/2016

CARGO:
ASSISTENTE SOCIAL
(NÍVEL SUPERIOR)

Língua Portuguesa: Questões 01 a 10;

Conhecimentos Gerais: Questões 11 a 15; **Conhecimentos Específicos:** Questões 16 a 30.

LEIA AS INSTRUÇÕES ABAIXO ANTES DE INICIAR A PROVA

1	Identifique-se na parte inferior da capa deste caderno de questões.
2	A prova terá duração de 4 (quatro) horas, incluindo o tempo de preenchimento do cartão-resposta.
3	Utilize caneta esferográfica azul ou preta no preenchimento do cartão-resposta.
4	O candidato só poderá retirar-se da sala após 1 (uma) hora do início das provas, seja para ir embora ou para utilizar os sanitários.
5	Este caderno de provas contém 30 (trinta) questões de múltipla escolha (a,b,c,d).
6	Cada questão de múltipla escolha apresenta uma única resposta correta.
7	Verifique se o caderno está completo e sem imperfeições gráficas. Se houver algum problema, comunique imediatamente ao fiscal.
8	Durante a aplicação da prova é proibido qualquer tipo de consulta.
9	Este caderno de provas pode ser usado como rascunho, sendo a correção da prova feita única e exclusivamente pela leitura eletrônica dos cartões-resposta.
10	Assine o cartão-resposta no local indicado.
11	Não serão computadas questões não assinaladas no cartão-resposta, ou que contenham mais de uma resposta, emenda ou rasura.
12	Ao término da prova, o cartão-resposta deverá ser devolvido ao fiscal da prova.
13	O caderno de prova poderá ser levado somente pelo candidato que se retirar da sala de aplicação de provas no decurso da última hora da realização das mesmas.
14	É obrigatória a saída simultânea dos 3 (três) últimos candidatos, que assinarão a ata de encerramento da aplicação da prova e acompanharão os fiscais à coordenação para lacre do envelope de cartões-resposta.

Identificação do candidato

Nome (em letra de forma)	Nº do Documento

QUESTÕES 01 A 10 - LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto e responda às questões de 01 a 08, a seguir:

O assassino era o escriba

Paulo Leminsky

Meu professor de análise sintática era o tipo do sujeito inexistente.

Um pleonasma, o principal predicado da sua vida, regular como um paradigma da 1ª conjugação.

Entre uma oração subordinada e um adjunto adverbial,

ele não tinha dúvidas: sempre achava um jeito assindético de nos torturar com um aposto.

Casou com uma regência.

Foi infeliz.

Era possessivo como um pronome.

E ela era bitransitiva.

Tentou ir para os EUA.

Não deu.

Acharam um artigo indefinido em sua bagagem.

A interjeição do bigode declinava partículas expletivas,

conectivos e agentes da passiva, o tempo todo.

Um dia, matei-o com um objeto direto na cabeça.

01. A respeito da estrutura e interpretação do texto, é possível afirmar que é:

- a) um texto jornalístico que faz uso do vocabulário pertencente ao campo da gramática, com fins humorísticos.
 - b) um texto poético que faz uma sátira com o vocabulário gramatical, no intuito de demonstrar a inutilidade destes termos.
 - c) um poema que combina vocábulos pertencentes ao campo do conhecimento gramatical ao fazer uma narrativa, com intenções de expressividade.
 - d) uma narração cuja intenção é demonstrar a falta de objetividade dos termos gramaticais.
-

02. A respeito da identificação do sujeito do texto com um “*pleonasma*”, podemos afirmar que se trata de uma figura de linguagem cujas características apontam para:

- a) a redundância e a repetitividade.
- b) a insegurança e o excesso.
- c) a circunspeção e a introversão.
- d) o talento e a comodidade.

03. A respeito da construção “*artigo indefinido*” na frase: “*Acharam um artigo indefinido em sua bagagem*”, assinale a alternativa correta:

- a) O autor utiliza uma classificação gramatical que se refere ao grupo de palavras “o, a, os, as”, no contexto da narrativa, demonstrando a expressividade das palavras em diferentes contextos.
 - b) O autor utiliza uma classificação gramatical que se refere ao grupo de palavras “meu, minha, meus, minhas”, no contexto da narrativa, demonstrando a expressividade das palavras em diferentes contextos.
 - c) O autor utiliza uma classificação gramatical que se refere ao grupo de palavras “este, esta, estes, estas”, no contexto da narrativa, demonstrando a expressividade das palavras em diferentes contextos.
 - d) O autor utiliza uma classificação gramatical que se refere ao grupo de palavras “um, uma, uns, umas”, no contexto da narrativa, demonstrando a expressividade das palavras em diferentes contextos.
-

04. No texto, o autor faz menção ao fato do sujeito ser “*regular como um paradigma da primeira conjugação*”. A respeito dos paradigmas de conjugação verbal, considere as afirmativas abaixo e assinale a alternativa que NÃO corresponde corretamente às funções, características e modos desse tópico gramatical.

- a) Em Língua Portuguesa, há três tipos de paradigmas de conjugação verbal, a saber, dos verbos que terminam em -ar; -er e -ir.
 - b) Entende-se por “paradigma de conjugação”, de uma maneira geral, as terminações correspondentes aos tempos, pessoas e modos, que se repetem a cada vez que conjugamos um verbo.
 - c) Verbos regulares e irregulares são iguais em suas formas. Dizemos que um verbo é irregular quando seu sentido é dado de acordo com o contexto.
 - d) Não por acaso, os verbos que mais utilizamos têm formas irregulares, donde podemos concluir que um verbo se torna irregular, ou seja, com características diferentes dos verbos regulares, por serem muito usados e, portanto, terem sofrido muitas transformações ao longo do tempo.
-

05. Na frase: “*ela era bitransitiva*”, podemos afirmar que o autor faz referência à transitividade dos verbos, ou seja, à necessidade de complementos ou não para o entendimento completo de um verbo. Em Língua Portuguesa, a respeito da transitividade de verbos, analise as asserções abaixo e, em seguida, assinale a alternativa que aponte somente as afirmações corretas:

I. Há verbos intransitivos, transitivos diretos e indiretos.

II. Verbos transitivos diretos complementam seu sentido com objetos diretos, ou seja, objetos sem preposição.

III. Verbos transitivos indiretos complementam seu sentido com objetos indiretos, ou seja, objetos com preposição.

IV. Verbos bitransitivos complementam seu sentido com objetos diretos e indiretos.

- a) I, II e III e IV estão corretas.
- b) Somente I, II e III estão corretas.
- c) Somente I, II e IV estão corretas.
- d) Somente I, III e IV estão corretas.

06. Na frase “*matei-o com um objeto direto na cabeça*”, a respeito do emprego da palavra “*direto*”, é possível afirmar que:

- a) é um emprego regular da palavra, servindo de sua expressividade para conferir um único sentido ao texto: o modo como o objeto foi lançado.
- b) está funcionando em duplo sentido, fazendo referência à expressão de classificação sintática e também ao modo como foi atirado o objeto, o que confere ironia e expressividade ao texto.
- c) funciona somente como referência à classificação sintática “objeto direto”, que significa “complemento sem necessidade de preposição”.
- d) a palavra “direto” faz referência a “reto, direito, correto”, o que nos faz certamente relacionar com as características do sujeito descrito no texto.

07. A respeito da palavra “*regência*”, em “*Casou com uma regência*”, é INCORRETO afirmar que:

- a) Regência é o nome dado à relação dos termos de uma oração, sendo que há termos que regem, e outros que são regidos, numa relação de complementação de sentido.
- b) Em Língua Portuguesa, há regência verbal, quando o termo regente é o verbo, e regência nominal, quando o termo regente é um substantivo, adjetivo ou advérbio.
- c) Dentre várias funções, a regência tem como característica primordial indicar qual a preposição que acompanha os termos regidos e regentes.
- d) Tanto a regência verbal quanto a nominal não se relacionam com os termos da oração, sendo incorreto afirmar que o processo de análise de regência de verbos e nomes é indispensável ao uso da norma padrão em Língua Portuguesa.

08. Na frase “*Entre uma oração subordinada e um adjunto adverbial*”, o autor faz referência à oração subordinada. Assinale a alternativa que NÃO corresponde corretamente à compreensão da relação entre orações:

- a) Oração subordinada é o nome que se dá ao tipo de oração que é indispensável para a compreensão da oração principal.
- b) Diferentemente da coordenada, a oração subordinada é a que complementa o sentido da oração principal, não sendo possível compreender individualmente nenhuma das orações, pois há uma relação de dependência do sentido.
- c) Subordinação refere-se a “estar ordenado sob”, sendo indiferente a classificação de uma oração coordenada ou subordinada, pois as duas têm a mesma validade.
- d) A oração principal é aquela rege a oração subordinada, não sendo possível seu entendimento sem o complemento.

09. Ainda a respeito de regência verbal e nominal, aponte a alternativa cuja frase NÃO apresenta a regência indicada pela norma padrão da Língua Portuguesa:

- a) Quando os maus erram, os bons pagam o preço.
- b) A virtude está mais relacionada àquilo que se faz quando se está sozinho, do que na presença de outros.
- c) A justiça só é feita quando à todos é dada a mesma oportunidade.
- d) A fonte do saber se encontra em um coração disposto a aprender sempre.

10. A respeito de concordância verbal e nominal, assinale a alternativa cuja frase NÃO realiza a concordância de acordo com a norma padrão da Língua Portuguesa:

- a) Meias verdades são como mentiras inteiras: uma pessoa meia honesta é pior que uma mentirosa inteira.
- b) Sonhar, plantar e colher: eis o segredo para alcançar seus objetivos.
- c) Para o sucesso, não há outro caminho: quanto mais distante o alvo, maior a dedicação.
- d) Não é com apenas uma tentativa que se alcança o que se quer.

QUESTÕES 11 A 15 - CONHECIMENTOS GERAIS

11. Primavera Árabe é o nome dado a uma onda de manifestações populares ocorridas em diversos países do Oriente Médio e do Norte da África a partir de fins de 2010. Assinale a alternativa que apresenta um fator que contribuiu parcialmente para a organização desses protestos no Mundo Árabe.

- a) A tradição política laica e democrática que caracteriza a maior parte das nações envolvidas.
- b) O crescente acesso das populações árabes às tecnologias de comunicação virtual e às redes sociais.
- c) A sólida e amigável relação diplomática de países como Síria e Líbia com os Estados Unidos.
- d) O descontentamento das populações islâmicas com práticas terroristas financiadas pelos seus próprios governantes.

12. A divisão da Península da Coreia em dois países – Coreia do Norte e Coreia do Sul – remonta a fins da Segunda Guerra Mundial. A este respeito, assinale a alternativa que apresenta os fatos corretamente:

- a) Atualmente, a Coreia do Norte representa na região a ordem econômica capitalista e a organização política democrática.
- b) Os governos da Coreia do Norte e da Coreia do Sul são ambos alinhados à ideologia comunista, embora em graus variados de comprometimento.
- c) Enquanto a Coreia do Norte aproximou-se do comunismo soviético, a Coreia do Sul aliou-se ao capitalismo norte-americano.
- d) Embora tenha sido um governo autoritário comunista por décadas, a Coreia do Norte encontra-se, atualmente, em fase de plena abertura política e econômica.

13. Nos últimos anos, a República do Irã tem enfrentado censuras da comunidade internacional, e particularmente dos Estados Unidos e da União Europeia, particularmente devido ao seu:

- a) apoio irrestrito ao terrorismo islâmico.
- b) vínculo com a Rússia.
- c) controvertido programa nuclear.
- d) afastamento da Organização das Nações Unidas.

14. As origens do sistema político democrático remontam à Grécia Antiga, particularmente à cidade-estado ateniense. Escolha a melhor definição para o atual conceito de democracia:

- a) Organização política centralizada na ideia de justiça social e exercida pela transferência de renda dos mais ricos aos mais pobres.
- b) Administração pública caracterizada pela valorização das ideias de progresso e desenvolvimento, com contínua supressão de toda forma de conservadorismo.
- c) Sistema sociopolítico em que são responsáveis pelo setor público os intelectuais e acadêmicos, únicos detentores de habilidade para essa função.
- d) Forma de governo cujo poder supremo se baseia no povo, e é por ele exercido, direta ou indiretamente, na tomada de decisões.

15. A palavra “etnia” é proveniente do substantivo grego *ethnos*, que significa gente ou nação estrangeira. Etnia diz respeito ao âmbito cultural: um grupo étnico é uma comunidade humana definida por afinidades linguísticas, culturais e semelhanças genéticas. Sendo assim, assinale a alternativa que melhor define o conceito de “etnocentrismo”:

- a) Visão de mundo segundo a qual a sua própria cultura assume posição de destaque, enquanto todas as outras são assimiladas como categorias inferiores em relação a ela.
- b) Percepção das diferenças culturais e étnicas como o “motor da história”, sem as quais o substrato humano se torna inerte perante o domínio da natureza.
- c) Compreensão dos valores artísticos e culturais como auge das capacidades humanas, acima da política e da economia, por exemplo.
- d) Supervalorização das sociedades arcaicas e primitivas sem escrita, em detrimento da própria civilização ocidental.

QUESTÕES 16A 30 - CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

16. “A educação e a cultura em Direitos Humanos visam à formação de nova mentalidade coletiva para o exercício da solidariedade, do respeito às diversidades e da tolerância. Seu objetivo é combater o preconceito, a discriminação e a violência, promovendo a adoção de novos valores de liberdade, justiça e igualdade. Como canal estratégico capaz de produzir uma sociedade igualitária, extrapola o direito à educação permanente e de qualidade. Trata-se de mecanismo que articula conhecimentos, cultura, consciência cidadã, processos metodológicos e o fortalecimento de políticas, dentre outros elementos”. (PNDH – 3 – Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2010). A este respeito, é correto afirmar que:

- a) O Programa Nacional de Direitos Humanos-3 propõe exclusão da temática de Educação em Direitos Humanos nos programas de capacitação de lideranças comunitárias e nos programas de qualificação profissional, alfabetização de jovens e adultos, incluindo, prioritariamente, na educação de crianças e adolescentes.
- b) A Educação em Direitos Humanos volta-se, especialmente, para o estabelecimento de diálogo e parcerias temporárias com o vasto leque brasileiro de movimentos populares, sindicatos, igrejas, ONGs, clubes, entidades empresariais e toda sorte de agrupamentos da sociedade civil que desenvolvem atividades formativas em seu cotidiano.

c) São fundamentais para consolidar o Estado Democrático e a proteção do direito à vida e à dignidade, a formação em todo o serviço público, especialmente entre os agentes do sistema de Justiça e segurança privada, abordando os recortes de gênero, relações étnico-raciais e de orientação sexual.

d) Os meios de comunicação de massa têm papel estratégico no sentido de construir ou desconstruir um ambiente nacional e uma cultura social de respeito e proteção aos Direitos Humanos. Daí a importância primordial de introduzir mudanças que assegurem ampla democratização desses meios, bem como de atuar permanentemente junto a todos os profissionais e empresas do setor.

17. “O Serviço Social há muito foi retirado do registro assistencialista pelos seus estudiosos e militantes, que o colocaram, acertadamente, no terreno da política. Aliás, esse foi um movimento teórico-prático da maior importância. A categoria está em todos os conselhos de defesa e promoção de direitos sociais, numa incessante atividade. A concretização de direitos não foge às determinações econômicas, políticas e culturais. Contudo, o Serviço Social tem desenvolvido práticas que aprofundam o sentido da assistência social, na afirmação de uma nova cultura no campo dos direitos”. (Cirilo, 2012). Assinale a alternativa que descreve corretamente algumas práticas profissionais que fomentam a criação de uma nova cultura no campo dos direitos:

a) O empoderamento dos usuários na forma de informações e conhecimento do SUAS - Sistema Único de Assistência Social nas reuniões de acolhida nos CRAS - Centros Regionais de Assistência Social e grupos socioeducativos, e a realização de grupos de estudos das equipes técnicas dos CRAS.

b) A discussão e a disseminação do SUAS junto aos profissionais exclusivos das políticas assistenciais, somadas à discussão e à disseminação do SUAS junto às lideranças comunitárias.

c) A co-participação dos usuários do CRAS na metodologia de trabalho (plano de ação com a família) e definição por parte dos usuários quanto à sistematização da rotina de trabalho dos profissionais do CREAS - Centro de Referência Especializado em Assistência Social.

d) A capacitação da rede em espaços territoriais, promovendo debates e discussões sobre a PNAS - Política Nacional de Assistência Social, além da avaliação do impacto territorial a partir das discussões do SUS - Sistema Único de Saúde.

18. De acordo com o artigo 194 da Constituição Federal a Seguridade Social “compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social. É, portanto, um sistema de proteção social que abrange as três políticas sociais de maior relevância. Considerando os princípios que norteiam a seguridade e as respectivas políticas sociais podemos afirmar que:

a) A Previdência Social será organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, visando cobrir os eventos de doença, invalidez, morte e idade avançada, proteção a maternidade, proteção ao trabalhador em situação de desemprego voluntário, salário família e auxílio reclusão para os dependentes de todos os segurados da previdência, pensão por morte do segurado, homem ou mulher, ao cônjuge ou companheiro e dependentes.

b) A Saúde é segmento autônomo da Seguridade Social e tem a finalidade menos ampla de todos os ramos protetivos porque possui restrição de beneficiários e o seu acesso não exige contribuição dos beneficiários. Não importa nesta espécie de proteção social a condição econômica do beneficiário.

c) A assistência social será prestada a quem dela necessitar independente de contribuição, ou seja, cuidará daqueles que têm maiores necessidades, sem exigir deles qualquer contribuição à seguridade social.

d) A Previdência Social compõe a Seguridade Social e é destinada exclusivamente aos trabalhadores e aos seus dependentes econômicos. Tem natureza de seguro social, por isso, não se exige a contribuição dos seus segurados para todos os benefícios.

19. “Apesar de reconhecer as conquistas da Constituição no campo da seguridade social, é impossível deixar de sinalizar seus limites estruturais na ordem capitalista. Esses se agravam em países com condições socioeconômicas como as do Brasil, de frágil assalariamento, baixos salários e desigualdades sociais agudas. A situação do mercado de trabalho brasileiro, em que metade da população economicamente ativa possui relações informais de trabalho, faz com que a seguridade social, além de contribuir para a produção e reprodução da força de trabalho, deixe fora do acesso à previdência a população não contribuinte e, ainda, exclui do acesso aos direitos assistenciais aqueles que podem trabalhar”. (Boschetti, 2009) A partir dessa análise crítica sobre as limitações da Seguridade Social e a interferência do Estado sobre ela, é correto afirmar que:

a) O primeiro caminho do desmonte da Seguridade Social é o da desconfiguração dos direitos previstos constitucionalmente. Estes não foram nem uniformizados e nem universalizados. Diversas contrarreformas, como a da previdência de 1998, 2002 e 2003, reforçaram a lógica do seguro, reduziram valor de benefícios, abriram caminho para a privatização e para a expansão dos planos privados, para os fundos de pensão, ampliaram o tempo de trabalho e contribuição para obter a aposentadoria.

b) No âmbito da política de saúde, os princípios do SUS, como descentralização e participação democrática, universalização e integralidade das ações, estão sendo diluídos pela manutenção cotidiana, que assegura apenas os atendimentos de urgência. É notória a falta de medicamento, ausência de condições de trabalho, de orçamento e de capacidade de absorção das demandas, o que se evidencia nas longas filas de espera por uma consulta ou internação.

c) A política de assistência social, por sua vez, conseguiu superar a histórica focalização em segmentos ditos hoje “vulneráveis” ou nas chamadas “situações de risco”.

d) Outro desmonte é a fragilização dos espaços de participação e controle democrático previstos na Constituição, como Conselhos e Conferências. Primeiro, pelo enfraquecimento do Conselho Nacional de Seguridade Social, que tinha a função de articular as três políticas e atribuir unidade ao sistema. E, sobretudo, pelo movimento de institucionalização dos conselhos, quase como um setor do estado.

20. A legislação do SUS - Sistema Único de Saúde afirma que a saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício. Para isso, é dever do Estado garantir a saúde através de formulação e execução de políticas econômicas e sociais que visem à redução de riscos de doenças e de outros agravos e no estabelecimento de condições que assegurem acesso universal e igualitário às ações e aos serviços para a sua promoção, proteção e recuperação. Considerando o exposto, e os seus conhecimentos sobre o assunto, é correto afirmar que são avanços do SUS:

a) Centralização da gestão com criação das comissões intergestores (tri e bipartites), fóruns de pactuação e geração de NOBs - Normas Operacionais Básicas.

b) Criação e desenvolvimento dos Fundos de Saúde Nacional, Estaduais e Municipais.

c) Criação e funcionamento de conselhos de saúde em todos os estados, no distrito federal e em todos os municípios do país.

d) Fortalecimento da atenção básica e consequente redução da cobertura por intermédio do PACS - Programa de Agentes Comunitários de Saúde e PSF - Programa Saúde da Família.

21. Leia o texto abaixo:

“No SUS, a estratégia de promoção da saúde é retomada como uma possibilidade de focar os aspectos que determinam o processo saúde-doença em nosso País – como, por exemplo: violência, desemprego, subemprego, falta de saneamento básico, habitação inadequada e/ou ausente, dificuldade de acesso à educação, fome, urbanização desordenada, qualidade do ar e da água ameaçada e deteriorada; e potencializam formas mais amplas de intervir em saúde. [...] Nesse sentido, a elaboração da Política Nacional de Promoção da Saúde é oportuna, posto que seu processo de construção e de implantação/ implementação – nas várias esferas de gestão do SUS e na interação entre o setor sanitário e os demais setores das políticas públicas e da sociedade – provoca a mudança no modo de organizar, planejar, realizar, analisar e avaliar o trabalho em saúde.” (Política Nacional de Promoção da Saúde / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. – 3. ed. – Brasília : Ministério da Saúde, 2010.)

Considerando o texto e os seus conhecimentos sobre a Política Nacional de Promoção da Saúde, é correto afirmar que as suas diretrizes visam:

a) reconhecer na promoção da saúde uma parte exclusiva da busca da equidade, da melhoria da qualidade de vida e de saúde.

b) estimular as ações intersetoriais, buscando parcerias que propiciem o desenvolvimento integral das ações de promoção da saúde e fortalecer a participação social como fundamental na consecução de resultados de promoção da saúde, em especial a equidade e o empoderamento individual e comunitário.

c) promover mudanças na cultura organizacional, com vistas à adoção de práticas verticais de gestão e estabelecimento de redes de cooperação intersetoriais.

d) incentivar a pesquisa em promoção da saúde, avaliando metodologias participativas e o saber popular e tradicional.

22. Lançada em 2003, a Política Nacional de Humanização (PNH) busca pôr em prática os princípios do SUS no cotidiano dos serviços de saúde, produzindo mudanças nos modos de gerir e cuidar. As orientações da Política Nacional de

Humanização estão traduzidas em seu método, princípios, diretrizes e dispositivos. Em relação a estes, assinale a alternativa correta:

a) Método: o HumanizaSUS, como também é conhecida a Política Nacional de Humanização, aposta na inclusão de trabalhadores, usuários e gestores na produção e gestão do cuidado e dos processos de trabalho. Humanizar se traduz, então, como inclusão das diferenças nos processos de gestão e de cuidado. Tais mudanças são construídas não por uma pessoa ou grupo isolado, mas de forma coletiva e compartilhada. Incluir para estimular a produção de novos modos de cuidar e novas formas de organizar o trabalho.

b) Princípio do Acolhimento: acolher é reconhecer o que o outro traz como legítima e singular necessidade de saúde. O acolhimento deve comparecer e sustentar a relação entre equipes/serviços e usuários/populações. Com uma escuta qualificada oferecida pelos trabalhadores às necessidades do usuário, é possível garantir o acesso oportuno desses usuários a tecnologias adequadas às suas necessidades, ampliando a efetividade das práticas de saúde.

c) Diretriz do Protagonismo, corresponsabilidade e autonomia dos sujeitos e coletivos: Qualquer mudança na gestão e atenção é mais concreta se construída com a ampliação da autonomia e vontade das pessoas envolvidas, que compartilham responsabilidades. Os usuários não são só pacientes, os trabalhadores não só cumprem ordens: as mudanças acontecem com o reconhecimento do papel de cada um.

d) Dispositivo Rede HumanizaSUS - Um portal colaborativo: a Rede HumanizaSUS abre um espaço exclusivo para que os profissionais do SUS compartilhem vivências, desafios, atualidades e uma série de formas de conhecimento produzido em humanização por meio de textos, vídeos e fotos que constroem a história da PNH.

23. “A Política Nacional de Atenção Básica (PNAB) é resultado da experiência acumulada por conjunto de atores envolvidos historicamente com o desenvolvimento e a consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS), como movimentos sociais, usuários, trabalhadores e gestores das três esferas de governo. No Brasil, a Atenção Básica é desenvolvida com o mais alto grau de descentralização e capilaridade, ocorrendo no local mais próximo da vida das pessoas” (BRASIL. Política Nacional de Atenção Básica. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde, 2012.). Sobre a PNAB, é correto afirmar que:

a) A Estratégia Saúde da Família (ESF) visa a implantação da atenção básica no País, de acordo com os preceitos do Sistema Único de Saúde. É tida pelo Ministério da Saúde e gestores estaduais e municipais como estratégia de expansão, qualificação e consolidação da atenção básica.

b) São atribuições exclusivas da equipe de enfermagem: participar do acolhimento dos usuários realizando a escuta qualificada das necessidades de saúde, procedendo à primeira avaliação e identificação das necessidades de intervenções de cuidado, proporcionando atendimento humanizado, responsabilizando-se pela continuidade da atenção e viabilizando o estabelecimento do vínculo.

c) São itens necessários à Estratégia Saúde da Família: existência de equipe multiprofissional (equipe de Saúde da Família) composta por, no mínimo, médico, enfermeiro e agentes comunitários de saúde, podendo acrescentar a esta composição, como parte da equipe multiprofissional e os profissionais de saúde bucal (cirurgião-dentista, auxiliar e/ ou técnico em saúde bucal).

d) É prevista a implantação da Estratégia de Agentes Comunitários de Saúde nas Unidades Básicas de Saúde como uma possibilidade para a reorganização inicial da atenção básica, com vistas à implantação gradual da Estratégia Saúde da Família ou como forma de agregar os agentes comunitários a outras maneiras de organização da atenção básica.

24. O Sistema Único de Saúde (SUS), de que trata a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, passa a contar com a Lei nº 8.142, de 28/12/90, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão, em cada esfera de governo, com as seguintes instâncias colegiadas: Conselho de Saúde e Conferência de Saúde. A partir de então, a atuação da sociedade no sistema de saúde ganhou uma nova dimensão. Considerando o exposto, é correto afirmar que:

a) A Conferência de Saúde deve se reunir a cada cinco anos com a representação dos vários segmentos sociais, para avaliar a situação de saúde e propor as diretrizes para a formulação da política de saúde nos níveis correspondentes, convocada pelo Poder Executivo ou, extraordinariamente, por esta ou pelo Conselho de Saúde.

b) O Conselho de Saúde, em caráter permanente e deliberativo, órgão colegiado composto por representantes do governo, prestadores de serviço, profissionais de saúde e usuários, atua na formulação de estratégias e no controle da execução da política de saúde na instância correspondente, inclusive nos aspectos econômicos e financeiros, cujas decisões serão homologadas pelo chefe do poder legalmente constituído em cada esfera do governo.

c) Os Conselhos de Saúde foram constituídos para formular, fiscalizar e deliberar sobre as políticas de saúde. Dentre suas atribuições, deve deliberar sobre as diretrizes para o estabelecimento de prioridades para as ações e serviços públicos de saúde pelo respectivo gestor federal, estadual, distrital ou municipal e avaliar a gestão do SUS anualmente emitindo pareceres.

d) São atribuições exclusivas do Conselho Estadual de Saúde: deliberar sobre a metodologia pactuada na Comissão Intergestores Tripartite (CIT) para definição dos montantes a serem transferidos pelo Ministério da Saúde para Estados, Distrito Federal e Municípios para custeio das ações e serviços de saúde.

25. A Lei Maria da Penha – Lei 11.430/2006 - reconhece que a violência contra a mulher é também um problema de saúde pública e uma questão de direitos humanos. Esta importante lei criou mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, estabelecendo medidas para a prevenção, assistência e proteção às mulheres em situação de violência. Considerando o exposto, é correto afirmar sobre a Lei Maria da Penha que:

a) A lei considera como formas de violência doméstica e familiar mais comuns contra a mulher exclusivamente as seguintes: violência psicológica, violência sexual, violência patrimonial e violência moral.

b) A assistência à mulher em situação de violência doméstica e familiar será prestada de forma individualizada por cada setor, conforme os princípios e as diretrizes previstos na Lei Orgânica da Assistência Social, no Sistema Único de Saúde, no Sistema Único de Segurança Pública, entre outras normas e políticas públicas de proteção.

c) Caberá ao Ministério Público, quando necessário, requisitar força policial e serviços públicos de saúde, de educação, de assistência social e de segurança, entre outros, além de fiscalizar os estabelecimentos públicos e particulares de atendimento à mulher em situação de violência doméstica e familiar.

d) Compete à equipe de atendimento multidisciplinar, fornecer subsídios por escrito ao juiz, ao Ministério Público e à Defensoria Pública, mediante laudos ou verbalmente em audiência. Quando a complexidade do caso exigir avaliação mais aprofundada, o juiz determinar individualmente a manifestação de profissional especializado.

26. Formulado com o objetivo de intervir positivamente na tragédia de exclusão experimentada pela nossa infância e juventude, o ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente apresenta duas propostas fundamentais, quais sejam:

1) garantir que as crianças e adolescentes brasileiros, até então reconhecidos como meros objetos de intervenção da família e do Estado, passem a ser tratados como sujeitos de direitos;

2) o desenvolvimento de uma nova política de atendimento à infância e juventude, informada pelos princípios constitucionais da descentralização político-administrativa (com a consequente municipalização das ações) e da participação da sociedade civil. Considerando o exposto, os seus conhecimentos sobre o ECA e o contexto real das crianças e adolescente no país, assinale a alternativa correta:

a) No quadro real de marginalidade em que se encontra a grande maioria da população brasileira, sabemos que padecem especialmente as nossas crianças e adolescentes, vítimas frágeis e vulnerabilizadas pela omissão da família, da sociedade e, principalmente das escolas, no que tange a garantia dos seus direitos fundamentais.

b) Diante do nosso contexto de proteção plena às crianças e adolescentes, almeja-se que as regras de cidadania contempladas no ECA não se tornem meras 'declarações retóricas', 'exortações morais', singelos 'conselhos' ao administrador, pois ao serem tomadas dessa forma, posterga-se a efetivação ou relega-as ao abandono.

c) As crianças e adolescentes vítimas do holocausto permanente ditado pelas absurdas taxas de mortalidade, as que apresentam lesões cerebrais irreversíveis decorrentes da subnutrição, as que sobrevivem nas ruas através da esmola degradante, bem como as que não têm acesso à educação ou à saúde, vão ter que continuar aguardando que a 'natureza das coisas' ou o 'processo histórico' venham a intervir para a materialização daquilo que lhes foi prometido no ordenamento jurídico brasileiro como garantia de dignidade a quem se encontra em peculiar fase de desenvolvimento.

d) O ECA - ainda que de reconhecida excelência - não tem o poder de, por si só, alterar a realidade social. O que transforma a sociedade é, na verdade, o efetivo exercício dos direitos previstos na lei, a partir de uma atuação firme e decidida daqueles que, de uma forma ou de outra, detêm o poder.

27. A RESOLUÇÃO CFESS nº 493/2006 dispõe sobre as condições éticas e técnicas do exercício profissional do assistente social. Tomando-a por base, é correto afirmar que:

a) É condição essencial, portanto obrigatória, para a realização e execução de qualquer atendimento ao usuário do Serviço Social a existência de espaço físico, nas seguintes condições: iluminação adequada ao trabalho diurno e noturno, conforme a organização institucional; recursos que garantam

a privacidade do usuário naquilo que for revelado durante o processo de intervenção profissional; ventilação adequada a atendimentos breves ou demorados e com portas fechadas e espaço adequado para colocação de arquivos para a adequada guarda de material técnico de caráter reservado.

b) O atendimento efetuado pelo assistente social deve ser feito com portas fechadas, de forma a garantir o sigilo. O material técnico utilizado e produzido no atendimento é de caráter reservado, sendo seu uso e acesso restrito aos profissionais de todas as categorias desde que atuante no mesmo setor. O arquivo do material técnico, utilizado pelo assistente social, poderá estar em outro espaço físico.

c) O assistente social deve comentar informalmente à entidade, instituição ou órgão que trabalha ou presta serviços, sob qualquer modalidade, acerca das inadequações constatadas por este, quanto às condições éticas, físicas e técnicas do exercício profissional, sugerindo alternativas para melhoria dos serviços prestados.

d) Realizada visita de fiscalização pelo CRESS - Conselho Regional de Serviço Social competente, através de agente fiscal ou Conselheiro, e verificado o descumprimento do disposto na presente Resolução a Comissão de Orientação e Fiscalização do Conselho Regional, a vista das informações contidas no Termo de Fiscalização ou no documento encaminhado pelo próprio assistente social, notificará o representante legal ou responsável pela pessoa jurídica e o assistente social, para que em prazo determinado regularize a situação.

28. “Nossas pautas, discutidas e aprovadas democrática e coletivamente, expressam nossa posição política com autonomia. Sempre estivemos e permaneceremos nos espaços da categoria, nos fóruns democráticos e nas ruas levantando nossas bandeiras. [...] Essas pautas reafirmam nosso projeto ético-político profissional, comprometido com a garantia inalienável da liberdade, dos direitos humanos, da democracia e da superação da ordem social capitalista desigual e excludente.” (CFESS Manifesta. Serviço social e análise de conjuntura. Brasília (DF), 7 de abril de 2015. Gestão Tecendo na luta a manhã desejada. www.cfess.org.br). Considerando o texto apresentado, assinale a alternativa que apresenta algumas das reais pautas defendidas pela atual gestão do Conselho Federal de Serviço Social.

a) Reforma urbana e agrária, em que seja garantido o direito à terra, à moradia digna, os direitos dos povos indígenas e de comunidades tradicionais, da população em situação de rua e de catadores e

catadoras de materiais recicláveis; Reforço às lutas contra as opressões, em conjunto com movimento negro, indígena, de mulheres e demais movimentos sociais que lutam pela igualdade de raça, etnia e gênero.

b) Seguridade Social ampliada, com políticas públicas, estatais, universais e de qualidade; financiamento público das políticas de Seguridade Social, baseado na desoneração do trabalho, tributação das grandes fortunas e na gestão submetida ao controle dos municípios.

c) Defesa da legalização das drogas, com ênfase na Política de Redução de Danos para situações de uso prejudicial, submetida ao controle social; Posição contrária à manutenção e regulamentação pública das comunidades terapêuticas; Negação da redução da idade penal e defesa do cumprimento integral do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

d) Estatização dos meios de comunicação; Garantia dos direitos da população LGBT; Defesa da descriminalização e legalização do aborto, compreendendo-o como um direito reprodutivo, constitutivo dos direitos humanos.

29. A RESOLUÇÃO CFESS Nº 557/2009 dispõe sobre a emissão de pareceres, laudos, opiniões técnicas conjuntos entre o assistente social e outros profissionais, enquanto a RESOLUÇÃO CFESS Nº 513/2007 dispõe sobre os procedimentos para efeito da Lacração do Material Técnico sigiloso do Serviço Social. Considerando-as, é correto afirmar que:

a) O assistente social, ao emitir laudos, pareceres, perícias e qualquer manifestação técnica sobre matéria de Serviço Social, deve atuar com ampla autonomia respeitadas as normas legais, técnicas e éticas de sua profissão, às vezes sendo obrigado a prestar serviços incompatíveis com suas competências e atribuições previstas pela Lei 8662/93.

b) O entendimento ou opinião técnica do assistente social sobre o objeto da intervenção conjunta com outra categoria profissional e/ou equipe multiprofissional, não deve destacar a sua área de conhecimento separadamente, nem delimitar o âmbito de sua atuação, seu objeto e instrumentos utilizados; uma vez que faz parte de uma equipe onde as especificidades dão lugar ao trabalho conjunto.

c) O Assistente Social garantirá o caráter confidencial das informações que vier a receber em razão de seu trabalho, bem como do material técnico produzido. Em caso de demissão ou exoneração, o assistente social, deverá incinerar todo o material técnico para não comprometer o sigilo, uma vez que outro assistente social irá substituí-lo.

d) Em caso de extinção do Serviço Social da instituição, os arquivos poderão ser incinerados pelo profissional responsável, até aquela data, por este serviço, que também procederá a imediata comunicação, por escrito, ao CRESS.

30. “Dentre os órgãos e instituições do poder público, se localiza o poder Judiciário, órgão que compõe o Sistema de Justiça e que está sujeito as mesmas determinações do mundo capitalista, visto que historicamente têm privilegiado os interesses e direitos privados em detrimento dos direitos humanos, apesar destes últimos estarem consignados na Constituição Federal de 1988, como direitos fundamentais e não subordinados. (...) Em outras palavras, com a globalização, os “excluídos” do sistema econômico perdem progressivamente as condições materiais para exercer seus direitos básicos, mas nem por isso são dispensados das obrigações e deveres estabelecidos pela legislação, principalmente a penal. (...) Conclui-se então que, via de regra, são estes os sujeitos de direitos e de políticas públicas que os assistentes sociais atendem pela via do poder executivo e poder judiciário” (Sonda; Poncheck, 2012). Em relação a este assunto, assinale a alternativa correta:

a) O Assistente Social do Judiciário assume um dos maiores desafios da profissão: ser propositivo e não só executivo, visto que sempre há possibilidades de propor alternativas criativas ao apropriar-se das possibilidades, mesmo diante das coerências e convergências presentes na dinâmica da vida social.

b) Ao analisar a prática profissional do Assistente Social no Judiciário, é comum que se focalize inicialmente a intervenção direta através dos estudos sociais solicitados pelo Juiz, dadas às características estruturais próprias do Poder Judiciário. No entanto, é possível dedicar-se a uma prática diversificada, dinâmica e que exige um grau de responsabilidade e maturidade.

c) No cotidiano da prática neste campo de atuação, observa-se que o profissional não encontra espaço para desenvolver habilidades como criatividade, versatilidade, iniciativa, liderança, capacidade de negociação, avaliação, atitude investigativa, resolutividade e de argumentação, vivenciando um agir profissional tolhido o que impele a categoria a evitar essa área.

d) Uma atuação competente do Serviço Social no Judiciário é aquela em que emerge um profissional capaz de vencer-se a si mesmo, encarar limites e através deles, descobrir novas possibilidades para garantir a efetividade de sua ação. Contudo, os limites impõem inúmeras dificuldades para o exercício da criatividade, a busca pelo novo, a ânsia em vencer desafios e restringe por fim, novas possibilidades a serem partilhadas, transmitidas e vivenciadas.

GABARITO

PREENCHA SUAS RESPOSTAS NO QUADRO ABAIXO E DESTAQUE NA LINHA PONTILHADA

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30